MATHIEU, Nicole-Claude (org.). 2007. *Une maison sans fille est une maison morte: la personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. 503 páginas. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.

Vanessa Lea

UNICAMP

A coletânea organizada por Nicole-Claude Mathieu contém uma riqueza de informações que contribui para nosso entendimento das relações de gênero em outros espaços e tempos, sendo relevante não somente para aqueles interessados apenas na questão da matrilinearidade e da uxorilocalidade mas também, de forma mais ampla, na de gênero.

O próprio título do livro aponta para a heterogeneidade do material analisado. Matrilinearidade é um termo que remete à organização social e à filiação, sendo que a questão da descendência (seja ela matrilinear, patrilinear ou dupla) é uma das mais polêmicas na história da antropologia. Além disso, várias das sociedades discutidas foram interpretadas de formas conflitantes de acordo com o respectivo pesquisador. A uxorilocalidade constitui outra ordem de realidade: uma regra residencial, constatável empiricamente, que obriga o marido a transferir-se para a casa da esposa e de seus parentes corresidentes ao casar. O que matrilinea-

ridade e uxorilocalidade têm em comum é apenas o fato de enfocarem a mulher (ou seja, são ginocêntricos, para usar um termo presente no livro); evidentemente, as consequências de o marido se transferir para a casa da esposa, ou, no caso contrário, de ela se instalar na casa do marido e de seus parentes (virilocalidade) vão repercutir de forma distinta na vida de cada um dos cônjuges. Há alguma tímida menção da relevância da noção lévi-straussiana de "casa", mas o assunto não é aprofundado. A maioria – se não todos – dos capítulos menciona as intensas mudanças que resultaram do colonialismo e, mais recentemente, da globalização; portanto, nem todas as sociedades que eram matrilineares e/ou uxorilocais ainda o são hoje. O que conecta os 14 estudos de caso, somados à introdução e ao posfácio, é uma preocupação de inspiração feminista com o *status* da mulher na trama das relações sociais que envolvem ambos os sexos.

Para quem digeriu reflexões de autores como Marilyn Strathern (1987), há algo que soa antiquado na própria pergunta a respeito da universalidade da dominação masculina. Enigmaticamente, nenhum dos autores discute o livro *Dealing with inequality*, organizado por Strathern. Apenas um autor menciona um dos capítulos da obra, mas nenhum enfrenta o argumento de Strathern de que a igualdade é uma preocupação euroamericana, difícil de traduzir em termos que façam sentido para muitos povos estudados por antropólogos. O livro de Mathieu remete diretamente a Bourdieu (1998) para legitimar tal preocupação com a dominação como decifrável de modo autoevidente e monolítico. A introdução discute, inclusive, a questão do matriarcado, algo que já parecia morto e enterrado.

O posfácio não chega a ser conclusivo, pois sua autora, Martine Gestin, trata da questão da troca matrimonial e, mais

especificamente, da possibilidade de troca de homens entre as mulheres. Lévi-Strauss afirma que, para seu modelo, não faz nenhuma diferença se são os homens ou as mulheres que trocam seus parceiros, apesar da raridade do segundo caso num mundo predominantemente patriarcal. Curiosamente, na epígrafe e em sua conclusão, Gestin ressuscita Gayle Rubin, autora não perita na teoria da aliança matrimonial, embora seu artigo seja bastante popular como munição para condenar o suposto machismo de Lévi-Strauss, numa espécie de malhação do judas.

O livro é ambicioso ao abordar estudos de diversas áreas do mundo, e qualquer organizador enfrenta dificuldades ao tentar mapear as sociedades mais apropriadas às questões em pauta e mobilizar os autores mais versados no assunto. No entanto, é estranha a total ausência de qualquer caso do continente africano, referência clássica na própria elaboração da noção de descendência matrilinear.

Os estudos de caso partem da América do Norte, omitindo os Iroqueses, paradigma tradicional da matrilinearidade, e enfocando os Hopi, num estudo histórico (1880-1930) informativo feito por Alice Schlegel, e em outro, sobre os Navajo, igualmente informativo, escrito por Maureen Trudelle Schwarz. No entanto, em ambos os casos fica nebulosa a afirmação de que a criança nasce e passa do clã materno para o paterno.

A seguir, são apresentados quatro estudos referentes à América do Sul, sem incluir caso algum em território brasileiro. A seção compreende os estudos de Michel Perrin, referente aos Wayuu (Guajiro) da Venezuela e Colômbia, de Laura Rival, relativo a uma sociedade cognática, os Huaorani do Equador, e dois capítulos pertinentes ao Peru, um de France-Marie Renard-Casevitz, enfocando os Matsigenka, um de Françoise Morin e Bernard Saladin d'Anglure,

sobre os Shipibo-Conibo. Os últimos representam um dos raros casos na América do Sul em que se praticava, no passado, a clitoridectomia e a excisão dos pequenos e grandes lábios.

Da América do Sul o livro se desloca para dois casos no sul da Índia: o dos Tulu, de autoria de Marine Carrin, e o dos Mudugar, de Martine Gestin. Os clássicos Nayar são mencionados apenas de passagem em diversos capítulos. Da Índia o livro passa para o Oceano Índico e a Indonésia, partindo do caso dos Ngazidja dos Camores, perto de Moçambique e Madagascar, num estudo realizado por Sophie Blanchy. Em seguida há uma análise dos clássicos Minangkabau, da Sumatra ocidental, feita por Ok-Kyung Pak, incluindo algumas analogias interessantes com a Coreia, sua terra natal. Essa seção termina com um estudo dos Ngada da ilha de Flores, na Indonésia oriental, pesquisados por Susanne Schröter, grupo que recentemente passou da patrilinearidade à matrilinearidade, algo raríssimo no mundo.

Os estudos de caso terminam no mundo chinês, com dois capítulos referentes a minorias taiwanesas: os Puyuma, em análise de Josiane Cauquelin, e os Kavalan, investigados por Pi-chen Liu. O último estudo de caso, de Naiqun Weng, aborda os Nazé do sudoeste da China, grupo também conhecido na literatura como Na, celebrado a partir do livro – já traduzido para o inglês – *Une société sans père ni mari* (1997), de Hua Cai. De meu ponto de vista, trata-se do capítulo mais fascinante do livro por analisar uma sociedade matrilinear, embora não uxorilocal, porque as mulheres geram filhos com parceiros sexuais que pertencem ao grupo de filiação da mãe e que desconhecem a figura do pai. Existe também a instituição do casamento, apesar de menos significativa socialmente, o que de fato apresenta um desafio para a teoria da

aliança matrimonial ao demonstrar a viabilidade de sociedades em que homens e mulheres não circulam em casamento para formar a trama do *socius* pela aliança matrimonial.

Outro tema que ganha destaque no livro é a relação entre germanos de sexo oposto, cuja importância é indissociável de regimes matrilineares, tendo despertado mais interesse na antropologia nas últimas décadas, graças, em parte, a outra pesquisadora da matrilinearidade, Anette Weiner (1992). Foi o próprio Lévi-Strauss, porém, que cedo em sua carreira percebeu a relevância de se comparar a relação entre germanos de sexo oposto com a relação entre cônjuges numa sociedade qualquer, o que remete à questão da complementaridade, tema sobre o qual os estudos de gênero não cansam de versar – e os autores da coletânea não são exceção. Muitos parecem esquecer que senhores e escravos, tanto quanto donos de capital e empregados, também desempenham uma relação complementar. Em outras palavras, a complementaridade não leva a lugar nenhum no que diz respeito à análise das relações de gênero: ela é inegável, mas não explica nada. Como o mestre da antropologia francesa argumentou há décadas, o casamento é um contrato de sustento mútuo, sendo justamente a divisão sexual do trabalho que engendra a complementaridade, algo reiterado posteriormente por Hérítier. Gestin se aproxima desse ponto polêmico ao afirmar que há duas maneiras de equilibrar as relações entre homens e mulheres: pela distribuição equitativa de prerrogativas masculinas e femininas entre esferas de atividades não mistas; ou pela cooperação mais estreita entre os dois sexos de acordo com valores igualitários (citando os Huaorani e Matsigenka como casos paradigmáticos). De modo geral, as atribuições dos gêneros masculino e feminino são naturalizadas,

supostamente respaldadas pelo que distingue homens e mulheres. Portanto, no mundo euroamericano, o esboço da transcendência de uma tal categorização por sexo e gênero é *sui generis* no tempo e no espaço. Abrir mão da ilusão de um matriarcado perdido na pré-história obrigou as mulheres a desistirem de olhar para trás em busca de inspiração para novas conquistas. O único capítulo que me convenceu de um caso de relação de gêneros capaz de sacudir os alicerces do nosso pensamento é o dos Nazé, na China.

Nos casos citados no livro de Mathieu, o máximo de afastamento permitido da prescrição de papéis de acordo com o sexo é encontrado em meio aos Matsiguenga, em que é reconhecida a existência de homens-mulheres e mulheres-homens que não se casam e realizam as tarefas do sexo oposto. De forma análoga, entre os Ngada, da Indonésia, os que não correspondem ao sistema podem mudar de gênero e incorporar o papel do gênero oposto. Entre os Puyuma, de Taiwan, há no máximo xamãs afeminados, com a negação da existência de homossexualismo.

Conforme já demonstrado no livro de Schneider e Gough (1961), a matrilinearidade se mostra frágil perante pressões patriarcais de etnias vizinhas mais poderosas ou colonizadores. A coletânea demonstra que tal influência não se limita à esfera judaico-cristã, caracterizando também etnias dominantes na China e no Japão, o que deixa a impressão de que a matrilinearidade está em vias de extinção.

O livro de Mathieu encerra com um pequeno glossário, que inclui o neologismo *matrimoine*, usado por vários autores, uma bem-vinda alternativa ao termo "patrimônio", com seu viés "patri". A língua francesa partilha com o português o uso do termo "patrimônio" no que tange à

obsessão contemporânea em relação à herança ou legado do passado – material e imaterial (como a culinária, eminentemente feminina) – abrindo uma brecha, em termos simbólicos, para o "passado patriarcal" voltar pela porta dos fundos numa nova roupagem. O glossário trata matrilinearidade e uxorilinearidade como termos distintos, ao passo que em inglês uxorilinearidade é o termo moderno equivalente a matrilinearidade.